

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

HELEN PRISCILLA GONÇALVES DE LAIA

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: O PAPEL DA GESTÃO NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL

Sabará

2026

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: O PAPEL DA GESTÃO NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação lato sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof(a). Me. Gleides Ander Nonato

Sabará

2026

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

HELEN PRISCILLA GONÇALVES DE LAIA

No dia 18 do mês de novembro do ano de 2026, às 13:30 horas, a Professora Orientadora Profa. Me. Gleides Ander Nonato e os demais membros da banca examinadora compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO E DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: O PAPEL DA GESTÃO NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL”, requisito obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado: ( ) Aprovado ( ) Reprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Professora Orientadora. Nada mais havendo a tratar, a Professora Orientadora encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada pelos participantes abaixo.

Observações:

_____

_____ _____

Documento assinado digitalmente
gov.br
GLEIDES ANDER NONATO
Data: 26/11/2026 12:01:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Profa. Me. Gleides Ander Nonato

Orientadora – IFMG

Documento assinado digitalmente
gov.br
HELEN PRISCILLA GONCALVES DE LAIA
Data: 25/11/2026 23:11:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Helen Priscilla Gonçalves de Laia

Aluna

Sabará, 18 de novembro de 2026.

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa posição estratégica na formação de sujeitos críticos, autônomos e preparados para atuar no mundo do trabalho e na sociedade. Entretanto, embora as políticas públicas tenham ampliado significativamente o acesso aos cursos técnicos e tecnológicos na Rede Federal, a permanência estudantil e o combate à evasão escolar constituem desafios centrais para a gestão educacional. Diante desse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso investigou de que maneira a gestão da EPT pode contribuir para promover a inclusão e assegurar a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa possui abordagem qualitativa, pautada em levantamento bibliográfico e documental, articulando a trajetória formativa da discente — marcada pela superação de barreiras de permanência e pela atuação profissional no Conselho Tutelar — com os referenciais teóricos da Pós-Graduação do Instituto Federal de Minas Gerais. O referencial teórico fundamentou-se nos conceitos de formação humana integral, trabalho como princípio educativo, gestão democrática, assistência estudantil como política de equidade e acompanhamento pedagógico preventivo. Os resultados evidenciaram que a evasão escolar possui natureza multifatorial, resultante da interação entre vulnerabilidades socioeconômicas, dificuldades pedagógicas, fatores emocionais e fragilidades institucionais. Como contribuição prática, apresenta-se o Plano de Ação “Permanecer para Transformar”, estruturado em sete eixos de intervenção intersetorial que contemplam acolhimento, monitoramento de frequência, fortalecimento do PNAES, suporte ao estudante trabalhador, formação continuada de servidores, apoio psicossocial e integração família-escola. Conclui-se que a gestão educacional desempenha papel indispensável na superação da lógica punitiva e na consolidação de uma escola pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; gestão escolar; inclusão; permanência estudantil; evasão escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 6
2 REFERENCIAL TEÓRICO 8
2.1 Fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica 9
2.1.1 A Educação Profissional e Tecnológica como política de formação humana integral 9
2.1.2 A democratização do acesso e os desafios da permanência estudantil 11
2.1.3 A evasão escolar como fenômeno multifatorial 13
2.2 Estratégias de gestão para favorecer a permanência estudantil 15
2.2.1 A gestão democrática como fundamento da permanência estudantil 15
2.2.2 A assistência estudantil como política de equidade educacional 16
2.2.3 O acompanhamento pedagógico como estratégia preventiva da evasão 17
2.2.4 Inclusão, diversidade e equidade como fundamentos da permanência estudantil 18
3 PLANO DE AÇÃO 20
4 CONCLUSÃO 26
5 REFERÊNCIAS 28

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representa uma importante política pública voltada para a formação humana integral, articulando ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Mais do que preparar profissionais para o mercado de trabalho, essa modalidade de ensino busca formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e de atuar na transformação do mundo em que vivem. Entretanto, apesar da ampliação do acesso proporcionada pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantir a permanência dos estudantes e seu êxito acadêmico ainda constitui um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições educacionais.

Ao longo das últimas décadas, políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino técnico e tecnológico permitiram que estudantes historicamente excluídos passassem a ocupar espaços antes restritos a determinados grupos sociais. Contudo, apenas ampliar o acesso não garante o direito pleno à educação. Muitos estudantes interrompem sua trajetória escolar em razão de dificuldades econômicas, da necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, da ausência de suporte psicossocial, de problemas familiares ou da insuficiência de políticas institucionais capazes de atender às diferentes realidades vivenciadas pelos educandos.

Essa problemática despertou o interesse pelo tema desta pesquisa, que se fundamentou não apenas no aprofundamento acadêmico proporcionado pela Pós-Graduação em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), mas também na trajetória pessoal e profissional da pesquisadora. Em minha própria caminhada educacional, vivenciei os impactos da inexistência de mecanismos consolidados de assistência estudantil, o que resultou na interrupção temporária dos estudos. Essa vivência pessoal permitiu compreender, de maneira concreta, que o abandono escolar raramente decorre da simples falta de interesse do estudante, resultando, predominantemente, das desigualdades sociais e da carência de redes institucionais de apoio.

Essa percepção consolidou-se durante minha atuação profissional no Conselho Tutelar. No acompanhamento diário de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social, tornou-se evidente que o acesso à escola representa apenas uma etapa inicial na garantia do direito à educação. A permanência com qualidade exige uma rede de proteção integrada, composta por gestão escolar democrática, acompanhamento pedagógico preventivo, políticas de assistência estudantil e articulação com a comunidade.

Diante desse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso buscou responder à seguinte pergunta norteadora: de que maneira a gestão da Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para promover a inclusão e assegurar a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social?

Para responder a esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pela gestão da Educação Profissional e Tecnológica na promoção da inclusão e da permanência estudantil. Como objetivos específicos, buscou-se: a) compreender os fatores multifatoriais que contribuem para a evasão escolar na EPT; b) identificar estratégias de gestão democrática, assistência estudantil e acompanhamento pedagógico capazes de favorecer a permanência; c) analisar evidências produzidas na literatura acadêmica sobre a permanência em Institutos

Federais; e d) elaborar uma proposta de intervenção mediante um Plano de Ação direcionado às instituições da Rede Federal.

Metodologicamente, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de abordagem qualitativa, pautado em pesquisa bibliográfica e documental. A investigação articulou as normativas legais brasileiras (Constituição Federal de 1988, LDB nº 9. 394/1996, Lei nº 11.892/2008, Decreto nº 7.234/2010 – PNAES e Documento Orientador da SETEC/MEC de 2014) aos referenciais teóricos da EPT e da gestão escolar (Saviani, 2007; Kuenzer, 2007, 2008; Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012; Paro, 2015, 2018; Libâneo, 2013; Mantoan, 2015) e a estudos empíricos recentes sobre evasão (Meira, Zanin & Garcia, Souza et al.).

O presente texto encontra-se estruturado em quatro seções principais: esta Introdução, que contextualiza o tema e delineia os objetivos; o Referencial Teórico, dividido em tópicos que aprofundam os fundamentos da EPT, a multifatorialidade da evasão e as estratégias de gestão; o Plano de Ação “Permanecer para Transformar”, que apresenta a proposta prática de intervenção; e a Conclusão, que sintetiza as principais descobertas, destaca as contribuições do estudo e indica caminhos para futuras investigações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do papel da gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exige o aprofundamento das bases teóricas e conceituais que orientam as práticas educativas e administrativas no ambiente escolar. Neste capítulo, busca-se articular as dimensões da inclusão, da permanência estudantil e da formação humana integral, analisando como a organização do trabalho pedagógico e a democratização dos processos de gestão podem contribuir para a superação das desigualdades socioeducativas e para o êxito acadêmico dos discentes. Para tanto, parte-se do entendimento de que a administração escolar assume um compromisso ético e político indissociável da garantia do direito social à educação de qualidade.

Conforme Paro (2018), “a gestão escolar deve estar comprometida com a efetivação dos objetivos educacionais e com a garantia do direito à educação de qualidade, articulando ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes”.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11. 892/2008, representou um marco para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Conforme destaca Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais teve como propósito ampliar e interiorizar a oferta da educação profissional pública, democratizando o acesso ao ensino técnico e tecnológico. A partir dessa expansão, observou-se o alargamento das oportunidades educacionais, especialmente para estudantes oriundos das classes populares. Entretanto, como analisam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a democratização da educação não se esgota no acesso, exigindo políticas e práticas que assegurem também a permanência e a formação humana integral dos estudantes.

Apesar da ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica, a permanência dos estudantes passou a constituir um dos principais desafios das instituições da Rede Federal. Conforme destaca o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a evasão escolar resulta de um conjunto de fatores que envolvem aspectos socioeconômicos, acadêmicos e institucionais, devendo ser caracterizada “como um fenômeno complexo e não um problema comum” (BRASIL, 2014, p. 15). Essa perspectiva exige das instituições de ensino o desenvolvimento de ações articuladas e integradas para promover a permanência e o êxito dos estudantes.

Esse cenário evidencia que a democratização do acesso, embora indispensável, não garante, por si só, a permanência estudantil. A Lei nº 11. 892/2008, ao instituir a Rede Federal e criar os Institutos Federais, estabeleceu explicitamente em seu artigo 2º a concepção institucional e a finalidade formadora dessas instituições:

> Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, Art. 2º).

Complementarmente, ao definir os objetivos e finalidades dos Institutos Federais, o artigo 6º da referida legislação reforça o compromisso com a formação cidadã e o desenvolvimento socioeconômico:

> Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e objetivos: I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008, Art. 6º, I).

Ao estabelecer a exigência legal de articular ciência, trabalho, tecnologia e cidadania, a legislação compromete formalmente os Institutos Federais com a formação humana integral. Assim, a permanência estudantil constitui elemento essencial da própria qualidade da educação ofertada, exigindo das instituições políticas permanentes de acolhimento, acompanhamento pedagógico e inclusão social.

Diante dessa realidade, torna-se indispensável compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar e analisar como a gestão da Educação Profissional e Tecnológica pode desenvolver estratégias capazes de favorecer a permanência e o êxito dos estudantes. O presente referencial teórico fundamenta-se em estudos que discutem a formação humana integral, o trabalho como princípio educativo, a gestão democrática, a assistência estudantil e as políticas públicas de inclusão, buscando compreender como esses elementos se articulam na construção de uma educação pública socialmente referenciada.

2.1 Fatores que contribuem para a evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica

A evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica constitui um fenômeno complexo e multifatorial, que não pode ser explicado por uma única causa. Sua ocorrência resulta da interação entre fatores sociais, econômicos, institucionais, pedagógicos e individuais, que influenciam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. Compreender esses fatores é fundamental para a presente pesquisa, pois permite identificar os desafios enfrentados pela gestão educacional na implementação de estratégias que favoreçam a permanência e o êxito estudantil, contribuindo para a efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

2.1.1 A Educação Profissional e Tecnológica como política de formação humana integral

Segundo Kuenzer (2007), a Educação Profissional brasileira estruturou-se historicamente sob uma lógica dual, “reservando à elite a formação intelectual e destinando aos trabalhadores uma formação voltada para o exercício de atividades produtivas”.

Segundo Kuenzer (2007), “essa organização dual contribuiu para a reprodução das desigualdades sociais ao restringir às classes trabalhadoras o acesso a uma formação ampla e integrada”.

A partir das transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras, especialmente com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, consolidou-se uma nova compreensão acerca da função social da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Conforme a Lei nº 11. 892/2008, os Institutos Federais passaram a desenvolver uma proposta educativa comprometida não apenas com a qualificação profissional, mas também com a produção do conhecimento, a pesquisa, a inovação tecnológica e a formação cidadã.

Essa concepção aproxima-se das reflexões de Ramos (2008), que defende o Ensino Médio Integrado como possibilidade de superação da histórica fragmentação entre formação geral e formação profissional. Ao discutir os fundamentos do Ensino Médio Integrado, a autora afirma:

> De fato, defendemos naquele período o projeto de escola unitária, que visa superar a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual. [. ..] Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica [...]. Com isto apresentamos os dois pilares conceptuais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. (RAMOS, 2008, p. 2-3).

A partir dessa compreensão, a autora defende que a educação deve promover a formação humana integral, possibilitando que os estudantes compreendam criticamente os processos produtivos e sua inserção na sociedade, articulando ciência, cultura, trabalho e tecnologia em uma perspectiva emancipadora.

Em consonância com esse raciocínio, Ciavatta (2012) destaca que o Ensino Médio Integrado rompe com a lógica da preparação imediata para o mercado de trabalho e passa a compreender o estudante como sujeito histórico. Ao tratar da formação politécnica, a autora explica que essa proposta busca: “estender ao ensino médio processos de trabalho reais, possibilitando-se a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da produção moderna” (CIAVATTA, 2012, p. 88).

Assim, a Educação Profissional e Tecnológica deixa de ser concebida apenas como espaço de qualificação técnica para assumir o compromisso com o desenvolvimento das múltiplas dimensões da formação humana. Essa compreensão também encontra respaldo nas contribuições de Saviani (2007), para quem o trabalho

constitui o princípio educativo fundamental da formação humana. Conforme afirma o autor:

> Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Sob tal entendimento, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como atividade produtiva e passa a ser entendido como elemento constitutivo da existência humana, responsável pela produção da cultura, do conhecimento e da própria organização da vida em sociedade. Em tal concepção, o trabalho assume papel central no processo educativo, orientando uma formação que articula teoria e prática e contribui para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Por conseguinte, educar para o trabalho significa desenvolver capacidades intelectuais, éticas, políticas e sociais que permitam aos estudantes compreender criticamente a realidade e atuar na sua transformação.

As reflexões de Kuenzer (2008) complementam esse entendimento ao afirmar que a Educação Profissional somente cumpre sua função social quando promove a integração entre conhecimentos científicos e tecnológicos. Com base nessa premissa, a autora destaca a importância da: “autonomia intelectual, para resolver problemas práticos utilizando os conhecimentos científicos, buscando aperfeiçoar-se continuamente” (KUENZER, 2008, p. 37-38).

Por essa razão, a formação profissional deve superar modelos educativos baseados exclusivamente na preparação operacional da mão de obra, associando a qualificação profissional à construção da autonomia intelectual e ao exercício pleno da cidadania.

Ao relacionar as contribuições teóricas de Kuenzer (2007, 2008), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) e Saviani (2007), observa-se a convergência na defesa de uma Educação Profissional comprometida com a formação integral dos sujeitos. Embora utilizem diferentes abordagens, todos esses pensadores reconhecem que a educação não pode limitar-se à preparação para o exercício de uma profissão, devendo contribuir para o desenvolvimento crítico, ético e social dos estudantes.

Essa concepção possui implicações diretas para a permanência estudantil. Quanto mais a instituição consegue construir práticas educativas significativas, acolhedoras e comprometidas com a realidade dos estudantes, maiores tendem a ser as possibilidades de fortalecimento do vínculo institucional e de redução dos índices de evasão escolar. Portanto, compreender os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica representa o primeiro passo para analisar os desafios enfrentados pela gestão na promoção da permanência estudantil.

2.1.2 A democratização do acesso e os desafios da permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica

A ampliação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica constitui uma das mais importantes conquistas das políticas públicas educacionais brasileiras nas últimas décadas. A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11. 892/2008, representou um marco na expansão da oferta de cursos técnicos e tecnológicos, possibilitando que estudantes oriundos de diferentes contextos sociais ingressassem em instituições públicas de reconhecida qualidade. Entretanto, a democratização da educação não se esgota na ampliação do acesso, exigindo condições efetivas para garantir a permanência dos estudantes e sua formação humana integral. Ao tratarem da função social da educação pública e dos fundamentos do Ensino Médio Integrado, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) enfatizam:

A democratização da educação pública e de qualidade social não se reduz ao mero acesso ou à expansão quantitativa de vagas. Trata-se de assegurar o direito de acesso ao conhecimento historicamente acumulado e, concomitantemente, de criar as condições materiais, pedagógicas e institucionais necessárias para a permanência e o êxito dos estudantes, na perspectiva de uma formação humana integral e emancipadora (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Cumpre salientar que, embora a democratização do acesso represente um avanço significativo na efetivação do direito à educação, ela não assegura, por si só, a permanência e o êxito dos estudantes. Essa constatação reforça a necessidade de compreender a educação como um direito que ultrapassa o ato da matrícula. A garantia desse direito pressupõe a existência de condições objetivas para que os estudantes permaneçam na instituição, desenvolvam seu processo de aprendizagem e concluam sua formação com qualidade.

Nesse diapasão, conforme destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a democratização da educação exige não apenas a ampliação do acesso, mas também a criação de condições efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes. Assim, ampliar vagas sem investir em políticas de permanência pode resultar na reprodução de desigualdades históricas, uma vez que estudantes em situação de vulnerabilidade tendem a enfrentar maiores obstáculos para dar continuidade aos estudos.

Ao discutir a organização da escola pública, Libâneo (2013) destaca que a gestão educacional deve estar comprometida não apenas com a eficiência administrativa, mas principalmente com a criação de condições pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes. Conforme afirma o autor, o projeto pedagógico-curricular “expressa a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e dos propósitos e expectativas da comunidade escolar” (LIBÂNEO, 2013, p. 120), constituindo-se como referência para a organização do trabalho educativo.

A partir dessa concepção, a qualidade da educação depende da articulação entre planejamento, gestão pedagógica, participação da comunidade escolar e acompanhamento permanente do processo educativo. Essa compreensão evidencia que a permanência estudantil deve integrar o planejamento institucional como um objetivo estratégico da gestão educacional, e não apenas ser entendida como consequência da ampliação do acesso.

Essa reflexão dialoga com a concepção de gestão democrática defendida por Paro (2015), segundo a qual a escola pública deve constituir um espaço de construção coletiva, no qual todos os sujeitos participem das decisões relacionadas ao processo

educativo. Sob esse enfoque, os discentes deixam de ocupar posição passiva e passam a ser reconhecidos como protagonistas de sua trajetória escolar. Quando a instituição promove espaços de diálogo, escuta ativa e participação, fortalece-se o sentimento de pertencimento, fator frequentemente associado à redução dos índices de evasão.

Além das dimensões pedagógicas e institucionais, a democratização do acesso também precisa ser analisada à luz das desigualdades sociais presentes na realidade brasileira. Conforme destaca o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal, a evasão e a retenção escolares decorrem da "interação entre fatores individuais, institucionais, pedagógicos, sociais e econômicos" (BRASIL, 2014, p. 15). Nesse contexto, muitos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica enfrentam obstáculos relacionados às condições socioeconômicas, como dificuldades de transporte, alimentação, acesso às tecnologias digitais e necessidade de conciliar trabalho e estudo para contribuir com a renda familiar. Essas condições interferem diretamente na permanência escolar e demonstram que o sucesso acadêmico não depende exclusivamente do esforço individual, exigindo "ações articuladas das instituições de ensino para promover a permanência e o êxito dos estudantes" (BRASIL, 2014, p. 15).

Em alinhamento a tais princípios, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) defendem que a democratização da educação não se limita à ampliação do acesso, exigindo condições efetivas de permanência e formação humana integral. De forma convergente, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014) destaca que a permanência e o êxito acadêmico dependem da implementação de políticas institucionais permanentes, do planejamento coletivo e da atuação integrada entre gestores, docentes, equipes pedagógicas, assistência estudantil e comunidade escolar. Assim, democratizar a educação significa assegurar oportunidades reais de aprendizagem, respeitando as diferentes trajetórias e necessidades dos estudantes.

2.1.3 A evasão escolar como fenômeno multifatorial

Entre os principais desafios enfrentados pela Educação Profissional e Tecnológica destaca-se a evasão escolar, fenômeno que compromete não apenas a trajetória individual dos estudantes, mas também a efetividade das políticas públicas voltadas à democratização da educação. Conforme o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a evasão deve ser compreendida "como um fenômeno complexo e não um problema comum" (BRASIL, 2014, p. 15).

Essa concepção representa uma mudança em relação às interpretações que atribuíam a interrupção dos estudos predominantemente às características individuais dos estudantes, como desinteresse, baixo desempenho acadêmico ou falta de compromisso. Ao reconhecer que a evasão resulta da interação entre fatores individuais, institucionais, pedagógicos, sociais e econômicos, o documento evidencia a necessidade de políticas institucionais voltadas à permanência e ao êxito escolar, superando análises simplificadas sobre esse fenômeno.

Estudos de referência na literatura educacional, como os desenvolvidos por Tinto (1975 apud ARÊAS, 2025) e por Dore e Lüscher (2011), convergem com as diretrizes da Rede Federal ao reconhecerem a evasão escolar como um fenômeno multifatorial, resultante da articulação entre dimensões econômicas, pedagógicas, institucionais, familiares e individuais. Desse modo, responsabilizar exclusivamente o

estudante pelo abandono escolar significa desconsiderar as condições objetivas que afetam sua trajetória acadêmica, bem como minimizar o papel da instituição na formulação e implementação de estratégias efetivas voltadas à permanência e ao êxito escolar.

A pesquisa desenvolvida por Meira (2015), realizada no Instituto Federal do Espírito Santo, evidencia que a evasão escolar é influenciada pela interação de múltiplos fatores que envolvem tanto o estudante quanto a própria instituição.

Conforme afirma a autora, “a análise qualitativa apurou a existência de fatores internos e externos à instituição como motivadores da evasão escolar, influenciada por um conjunto de situações relacionadas tanto ao estudante quanto à escola” (MEIRA, 2015, p. 13). Essa constatação reforça que a evasão não pode ser compreendida como consequência de uma única causa, mas como um fenômeno complexo e multifatorial, decorrente da interação entre aspectos individuais, pedagógicos, institucionais, sociais e econômicos. Desse modo, compreender tal processo exige que as instituições de ensino desenvolvam estratégias integradas de acolhimento, acompanhamento e permanência estudantil, capazes de fortalecer o vínculo dos estudantes com a escola e favorecer seu êxito acadêmico.

Resultados semelhantes são apresentados por Zanin e Garcia (2023), ao analisarem as percepções de trabalhadores da educação do Instituto Federal de Santa Catarina. A análise desenvolvida pelos autores evidencia a necessidade de superar ações fragmentadas e construir estratégias institucionais integradas voltadas à permanência estudantil. Conforme afirmam, a pesquisa “revelou a fragmentação, a individualização, a culpabilização de seus sujeitos, a existência de ações pontuais de apoio à permanência e a ausência de avaliações e intervenções voltadas para modificar a estrutura, dual e excludente, da EPT” (ZANIN; GARCIA, 2023, p. 1).

Essa constatação demonstra que políticas voltadas exclusivamente ao acompanhamento de indicadores quantitativos ou à adoção de ações isoladas mostram-se insuficientes para enfrentar um fenômeno complexo como a evasão escolar, reforçando a necessidade de uma cultura institucional pautada no acolhimento, na escuta sensível e na valorização das relações humanas.

A revisão sistemática realizada por Souza, Cardoso e Sousa (2025) amplia essa compreensão ao reunir evidências produzidas em diferentes instituições da Educação Profissional e Tecnológica. Conforme concluem os autores em suas considerações finais, “não basta apenas ingressar na formação desejada; é crucial assegurar, por meio de políticas públicas e estratégias organizacionais, que os alunos permaneçam na trajetória acadêmica até a sua conclusão do curso. Isso envolve iniciativas integradas e complementares que visem à redução das desigualdades socioeconômicas” (SOUZA; CARDOSO; SOUSA, 2025).

Isso evidencia que a permanência estudantil não depende de uma estratégia isolada, mas da implementação de políticas institucionais articuladas, contínuas e sensíveis às especificidades de cada contexto educacional. Nesse prisma, a revisão sistemática demonstra que a integração entre assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, gestão democrática, acolhimento institucional e participação da comunidade escolar favorece a construção de condições mais efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

Essa perspectiva aproxima-se dos fundamentos teóricos de Paro (2015) acerca da especificidade da administração escolar. Ao analisar a natureza da gestão no ambiente educativo, o autor sustenta que a administração não se reduz a uma atividade meramente técnica ou burocrática, configurando-se como uma prática essencialmente pedagógica e compromissada com a formação humana integral. Sob essa premissa, Paro (2015) afirma:

> [...] a administração escolar é uma função que somente pode ser exercida por educadores, dada a necessidade de adequação dos meios aos fins típica da administração, a singularidade do trabalho desenvolvido nas escolas e a necessidade de seu compromisso com a construção de personalidades humano-históricas, portanto, de verdadeiros cidadãos (PARO, 2015, p. 63).

A tese de Paro (2015) sobre a “adequação dos meios aos fins” oferece uma chave explicativa fundamental para refletir sobre a gestão educacional e sua relação direta com o enfrentamento da evasão escolar na Educação Profissional e Tecnológica. Se o fim precípuo da instituição de ensino é a formação humana integral e o êxito acadêmico dos sujeitos, toda a estrutura administrativa — compreendida como meio (recursos, horários, políticas de assistência estudantil, regimentos e acompanhamento pedagógico) — deve ser intencionalmente subordinada e orientada a esse objetivo pedagógico. Quando a gestão educacional perde de vista essa dimensão educativa e atua de forma puramente burocrática, tende a encarar o abandono escolar como um problema individual do estudante ou como mera perda estatística. Em contrapartida, ao assumir a administração escolar como ato educativo exercido por educadores, a instituição alinha seus meios organizacionais para identificar precocemente as vulnerabilidades, eliminar barreiras pedagógicas e sociais e assegurar condições efetivas de acolhimento, convertendo a permanência estudantil em um compromisso institucional coletivo e permanente.

Por conseguinte, compreender a evasão escolar como fenômeno multifatorial sob a ótica da gestão educacional implica reconhecer que sua superação exige a atuação articulada de todos os setores institucionais. Gestores, docentes, coordenadores, equipes pedagógicas, psicólogos e assistentes sociais compartilham a responsabilidade de construir políticas preventivas, deslocando o foco da culpabilização individual do discente para a edificação de estratégias administrativas e pedagógicas comprometidas com a garantia do direito à educação.

2.2 Estratégias de gestão para favorecer a permanência estudantil

Os estudos sobre permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica evidenciam que enfrentar a evasão escolar exige mais do que ações pontuais ou programas isolados (BRASIL, 2014; SOUZA; CARDOSO; SOUSA, 2025). Trata-se de um processo que demanda planejamento institucional, participação coletiva, acompanhamento contínuo dos estudantes e implementação de políticas públicas capazes de responder às diferentes necessidades da comunidade escolar. Nessa linha de reflexão, ao apontarem as diretrizes para as instituições de ensino, Souza, Cardoso e Sousa (2025) ressaltam a “necessidade de implantar em todos os Institutos Federais do território brasileiro Programas de Permanência e Êxito, Políticas Públicas específicas sobre a temática, entre outras iniciativas que visem a garantir a todos os que ingressem na Rede Federal não só o acesso à educação, mas também a permanência e o êxito”. Com efeito, a gestão educacional assume papel estratégico ao articular pessoas, recursos, políticas e práticas pedagógicas em torno de um

objetivo comum: assegurar o direito à educação com qualidade social e favorecer a permanência e o êxito dos estudantes.

As contribuições de Libâneo (2013), Paro (2015), Dore e Lüscher (2011) e Souza, Cardoso e Sousa (2025) evidenciam que a permanência estudantil depende da integração sistêmica entre gestão democrática, assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e práticas inclusivas. Ao refletir sobre a natureza da gestão escolar, Paro (2015) defende que o trabalho administrativo nas escolas possui caráter eminentemente pedagógico, devendo alinhar a organização de recursos, tempos e espaços ao compromisso ético e político de garantir o direito à educação. Sob esse prisma, a gestão educacional conecta-se diretamente ao enfrentamento da evasão escolar quando deixa de atuar como mera burocracia cartorial e passa a articular intencionalmente os meios institucionais para promover o acolhimento, o fortalecimento dos vínculos e a permanência com êxito de todos os estudantes.

Essa compreensão reforça que a permanência estudantil não pode ser tratada como responsabilidade exclusiva do discente, mas como um compromisso institucional compartilhado, exigindo a articulação sinérgica entre gestão democrática, políticas de assistência estudantil, práticas pedagógicas inclusivas e participação ativa da comunidade escolar para a construção de condições objetivas de aprendizagem e justiça social.

2.2.1 A gestão democrática como fundamento da permanência estudantil

A gestão democrática constitui um dos princípios estruturantes da educação pública brasileira e representa importante instrumento para a construção de instituições mais participativas, inclusivas e comprometidas com a formação integral dos estudantes. Prevista na Constituição Federal de 1988 e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9. 394/1996), essa concepção rompe com modelos administrativos centralizadores e propõe uma gestão fundamentada no diálogo, na participação coletiva e na corresponsabilidade entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Na Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva adquire especial relevância devido à diversidade do público atendido. As instituições recebem estudantes com diferentes trajetórias escolares, condições socioeconômicas, identidades culturais e necessidades educacionais, exigindo da gestão capacidade de desenvolver políticas que respeitem essa diversidade e promovam condições equitativas de permanência.

Segundo Paro (2015), a gestão democrática não deve ser compreendida apenas como um modelo administrativo, mas como um compromisso político com a construção de uma escola pública voltada para a emancipação humana. Administrar uma instituição de ensino significa criar condições para que ela cumpra sua função social, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes e fortalecendo práticas de participação, diálogo e corresponsabilidade no âmbito da comunidade escolar.

Essa compreensão dialoga com Libâneo (2013), ao defender que a gestão escolar deve articular as dimensões administrativa e pedagógica em favor da qualidade do processo educativo. Ao abordar o planejamento escolar, o autor afirma que:

> [...] o planejamento escolar é a atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando a definição de necessidades a serem atendidas, objetivos a serem alcançados dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação (LIBÂNEO, 2013, p. 123).

Em suma, organizar a escola significa planejar ações que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem, mobilizando recursos humanos, materiais e pedagógicos em torno dos objetivos educacionais. Assim, uma gestão comprometida com a permanência estudantil deve utilizar informações sobre frequência, rendimento acadêmico e indicadores institucionais não apenas para fins burocráticos, mas como instrumentos de planejamento, acompanhamento e intervenção pedagógica.

Paralelamente, a participação dos estudantes nos espaços institucionais assume papel fundamental. Conselhos escolares, grêmios estudantis, assembleias, avaliações institucionais e momentos permanentes de escuta fortalecem o sentimento de pertencimento e aproximam os estudantes da vida escolar. Quando percebem que suas demandas são consideradas e que podem contribuir para a construção das decisões institucionaisais, os estudantes tendem a desenvolver maior vínculo com a escola, reduzindo as possibilidades de abandono.

Além disso, a gestão democrática favorece a atuação integrada entre os diferentes setores institucionais. Ao discutir a organização da escola, Libâneo (2013, p. 120) afirma que “a organização escolar democrática implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação”. Essa concepção evidencia que a participação coletiva deve constituir um princípio estruturante da gestão educacional, promovendo a articulação entre gestores, docentes, coordenadores, equipes pedagógicas, assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais da instituição.

Assim sendo, o trabalho deixa de ocorrer de forma fragmentada e passa a ser desenvolvido de maneira colaborativa, favorecendo a identificação precoce de estudantes em situação de vulnerabilidade e a construção de estratégias integradas de acolhimento, acompanhamento e intervenção. Com isso, fortalecem-se as condições institucionais para prevenir a evasão escolar e promover a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, mais do que um princípio legal, a gestão democrática configura-se como estratégia essencial para fortalecer a permanência estudantil, pois cria condições para que a escola desenvolva uma cultura institucional baseada na participação, no diálogo, na corresponsabilidade e no compromisso coletivo com a aprendizagem.

2.2.2 A assistência estudantil como política de equidade educacional

Entre as políticas públicas voltadas para a permanência estudantil, a assistência estudantil ocupa posição de destaque por buscar minimizar os impactos das desigualdades socioeconômicas sobre a trajetória acadêmica dos estudantes. Considerando que parcela significativa dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica pertence a grupos socialmente vulneráveis, a oferta de apoio financeiro, pedagógico e psicossocial torna-se elemento indispensável para garantir condições efetivas de permanência e êxito escolar.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7. 234/2010, representa um importante marco na consolidação das políticas de permanência estudantil ao estabelecer diretrizes para o desenvolvimento

de ações relacionadas à alimentação, transporte, moradia, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico (BRASIL, 2010). Entretanto, pesquisas desenvolvidas por Zanin e Garcia (2023), pelo Documento Orientador da SETEC/MEC (BRASIL, 2014) e pela revisão sistemática de Souza, Cardoso e Sousa (2025) evidenciam que a assistência estudantil não deve ser reduzida à concessão de benefícios financeiros de caráter meramente assistencialista. Ao analisarem os resultados e as conclusões da pesquisa, Souza, Cardoso e Sousa (2025) destacam que a efetividade da assistência estudantil pressupõe a implementação de "iniciativas integradas e complementares que visem à redução das desigualdades socioeconômicas", ressaltando que "a assistência estudantil visa aumentar as condições que possibilitam a permanência dos alunos na educação pública federal" por meio de ações articuladas que promovam o êxito acadêmico e a formação humana integral.

Aprofundando essa reflexão nas considerações finais do estudo, Souza, Cardoso e Sousa (2025) reiteram que "não basta apenas ingressar na formação desejada; é crucial assegurar, por meio de políticas públicas e estratégias organizacionais, que os alunos permaneçam na trajetória acadêmica até a sua conclusão do curso". Para os autores, o enfrentamento da retenção e do abandono escolar requer superar ações isoladas e avançar rumo à "necessidade de implantar em todos os Institutos Federais do território brasileiro Programas de Permanência e Êxito, Políticas Públicas específicas sobre a temática, entre outras iniciativas que visem a garantir a todos os que ingressem na Rede Federal não só o acesso à educação, mas também a permanência e o êxito" (SOUZA; CARDOSO; SOUSA, 2025). Essa constatação reforça que a assistência estudantil, quando integrada ao acompanhamento pedagógico e à gestão democrática, converte-se em política estruturante de equidade e justiça social.

De forma semelhante, Zanin e Garcia (2023), ao analisarem as percepções de trabalhadores da Rede Federal de Educação Profissional, destacam que a permanência estudantil exige ações institucionais que ultrapassem a oferta de auxílios financeiros e enfrentem, de forma articulada, os diferentes fatores relacionados à evasão escolar.

Essa análise evidencia que a construção de vínculos entre estudantes e instituição, por meio de práticas de acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento pedagógico e atuação integrada das equipes escolares, constitui elemento essencial para favorecer a permanência e reduzir a evasão. Diante dessa premissa, a assistência estudantil deve ser compreendida como uma política de equidade, articulada às ações pedagógicas e à gestão institucional, reconhecendo que estudantes em diferentes contextos sociais e educacionais necessitam de estratégias específicas para que tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem, permanência e conclusão de seus estudos.

Em última análise, investir em assistência estudantil significa promover justiça social e ampliar as possibilidades de sucesso acadêmico dos estudantes. Trata-se de reconhecer que garantir a permanência exige enfrentar as desigualdades que atravessam o cotidiano escolar e construir respostas institucionais capazes de assegurar o pleno exercício do direito à educação.

2.2.3 O acompanhamento pedagógico como estratégia preventiva da evasão

Outro elemento essencial para a permanência estudantil refere-se ao acompanhamento pedagógico sistemático. Embora frequentemente associado ao controle do rendimento escolar, esse acompanhamento possui função muito mais ampla, envolvendo o monitoramento da trajetória acadêmica dos estudantes e a identificação precoce de fatores que possam comprometer sua permanência na instituição.

Meira (2015) demonstra que a evasão escolar não ocorre de forma repentina, constituindo um processo gradual influenciado pela combinação de fatores internos e externos à instituição. Desse modo, sinais como a queda no rendimento acadêmico, a elevação da frequência irregular, as dificuldades de aprendizagem e o enfraquecimento do vínculo com a comunidade escolar atuam como alertas precoces de risco. O monitoramento contínuo desses indicadores permite que a equipe multiprofissional desenvolva intervenções preventivas e customizadas, fortalecendo as condições de permanência e prevenindo o abandono.

Nessa direção, o acompanhamento pedagógico deve ser compreendido como uma prática coletiva, construída por meio da atuação integrada dos diferentes profissionais da instituição. Em consonância com os postulados de Libâneo (2013) sobre a gestão participativa, a organização do trabalho pedagógico exige criar canais permanentes de diálogo entre gestores, professores, coordenadores de curso, pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, favorecendo o compartilhamento de informações e a edificação de estratégias articuladas de apoio aos estudantes.

Em consequência, a atuação colaborativa fortalece a capacidade institucional de responder às diferentes demandas apresentadas ao longo da trajetória escolar, contribuindo para a inclusão, a permanência e o êxito acadêmico. Além do acompanhamento individual dos estudantes, a utilização de indicadores institucionais relacionados à frequência, ao desempenho acadêmico e à retenção constitui importante instrumento para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões na gestão educacional. Conforme pontua Libâneo (2013), o planejamento pedagógico constitui um processo contínuo de antecipação das ações educativas, orientando o uso intencional de procedimentos, recursos e métodos de avaliação para responder às necessidades dos educandos e assegurar o alcance dos objetivos institucionais de permanência e êxito.

Sob esse prisma, o acompanhamento sistemático desses indicadores permite à instituição identificar precocemente padrões recorrentes de evasão, orientar intervenções pedagógicas e institucionais e avaliar a efetividade das ações desenvolvidas. Assim, a gestão educacional aproxima-se de uma cultura de planejamento e avaliação comprometida com a melhoria contínua das práticas institucionais, sem perder de vista a dimensão humana do processo educativo e o compromisso com a permanência e o êxito dos estudantes.

Com isso, o acompanhamento pedagógico deixa de ser uma atividade burocrática e assume papel estratégico na promoção da permanência estudantil, contribuindo para que a instituição reconheça precocemente situações de vulnerabilidade e desenvolva intervenções capazes de favorecer o êxito acadêmico.

2.2.4 Inclusão, diversidade e equidade como fundamentos da permanência estudantil

A promoção da permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento da diversidade que caracteriza o público atendido pelas instituições de ensino. Conforme dados do Ministério da Educação, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica representou um marco na democratização do acesso à educação pública, passando de 144 unidades em 2006 para 659 unidades em 2018. Segundo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), essa expansão teve como finalidade “melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, consequentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país”, priorizando a redução das desigualdades regionais (BRASIL, 2018).

Como resultado desse processo, ampliou-se o ingresso de estudantes provenientes de diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e territoriais, tornando as instituições da Rede Federal espaços cada vez mais plurais. Essa realidade exige que as políticas institucionais sejam orientadas pelos princípios da inclusão e da equidade, reconhecendo que estudantes com trajetórias e condições distintas demandam estratégias diferenciadas para garantir sua permanência e seu êxito acadêmico.

Historicamente, o conceito de inclusão esteve associado, predominantemente, ao atendimento de estudantes com deficiência. Entretanto, as discussões contemporâneas sobre educação ampliaram significativamente essa compreensão, passando a reconhecer a inclusão como um princípio orientador das políticas educacionais comprometidas com a garantia do direito à educação para todos. A partir dessa compreensão, Mantoan (2015) defende que a efetivação da educação inclusiva exige a transformação da própria instituição escolar, ao afirmar que:

> [...] são as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas! [...] Meu objetivo, em uma palavra, é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas. (MANTOAN, 2015, p. 16).

Essa concepção evidencia que a inclusão ultrapassa a simples garantia de acesso ao sistema educacional, exigindo a reorganização das práticas pedagógicas, da gestão escolar e das relações institucionais para eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes. Assim, promover uma educação inclusiva significa assegurar condições efetivas para que todos possam aprender, permanecer e concluir sua formação, independentemente de sua origem social, identidade cultural, condição econômica ou características individuais.

Na Educação Profissional e Tecnológica, essa perspectiva fortalece a compreensão de que a inclusão deve constituir um compromisso permanente com a equidade, a permanência e o êxito acadêmico, orientando a construção de políticas institucionais capazes de responder à diversidade presente no cotidiano escolar. Essa perspectiva encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9. 394/1996, Art. 3º, I), que estabelece como princípio a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Da mesma forma, a Lei nº 11.892/2008, ao instituir os Institutos Federais, estabelece em seu Artigo 6º, inciso I, como finalidade e objetivo dessas instituições, “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (BRASIL, 2008, Art. 6º, I). Assim, a legislação atribui aos Institutos Federais a responsabilidade de promover uma

formação comprometida com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico e social, reafirmando seu papel na construção de uma educação pública inclusiva e socialmente referenciada.

Ao discutir a função social da escola pública, Paro (2015) ressalta que a efetivação do direito à educação exige o compromisso ético com a inclusão e o respeito às diferenças, reconhecendo que o acolhimento da diversidade constitui elemento central para assegurar a permanência e a dignidade de todos os discentes no ambiente escolar.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas reflexões tornam-se ainda mais relevantes diante da diversidade de perfis presentes nas instituições. Jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes trabalhadores, pessoas com deficiência, discentes oriundos de comunidades rurais, indígenas, quilombolas e beneficiários de políticas de ações afirmativas convivem diariamente nos mesmos espaços educativos. Essa pluralidade representa uma importante riqueza para o ambiente escolar, ao mesmo tempo em que desafia a gestão a desenvolver respostas institucionais sensíveis a essa realidade.

Nesse cenário, consolida-se o princípio da equidade, compreendido como a adoção de estratégias diferenciadas para atender às especificidades dos discentes. Diferentemente da igualdade formal — que pressupõe a oferta de condições idênticas a todos —, a equidade reconhece que determinados grupos enfrentam barreiras historicamente produzidas pelas desigualdades sociais. Por essa razão, assegurar a igualdade real de oportunidades exige considerar as diferentes condições de partida dos estudantes, implementando políticas específicas de suporte para garantir que todos possam permanecer e concluir sua formação com êxito.

Essa compreensão também dialoga com os estudos sobre interseccionalidade, que evidenciam como diferentes marcadores sociais — como renda, gênero, raça, deficiência, território e idade — podem atuar simultaneamente, produzindo experiências distintas de exclusão e vulnerabilidade. Ao reconhecer essas múltiplas dimensões, a gestão educacional amplia sua capacidade de formular políticas mais sensíveis às especificidades dos estudantes, fortalecendo ações de acolhimento, acompanhamento pedagógico e assistência estudantil.

3 PLANO DE AÇÃO: PLANO DE INTERVENÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO E DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EPT

3.1 Apresentação

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo evidenciaram que a permanência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica constitui um desafio complexo, que exige a articulação entre gestão democrática, acompanhamento pedagógico, assistência estudantil e práticas inclusivas. Não se trata de uma responsabilidade individual dos estudantes, mas de um compromisso institucional compartilhado por toda a comunidade escolar.

As pesquisas analisadas demonstraram que a evasão escolar decorre de múltiplos fatores socioeconômicos, pedagógicos e institucionais. Por essa razão, enfrentar o abandono e a retenção exige a superação de ações isoladas e a implementação de uma proposta de intervenção sistêmica, contínua e preventiva.

Em consonância com esse diagnóstico, apresenta-se o Programa “Permanecer para Transformar”, uma proposta de plano de ação voltada para o fortalecimento das condições institucionais de acolhimento, acompanhamento e inclusão. O programa visa integrar diferentes setores da instituição — gestão, docentes, equipe pedagógica, assistência estudantil e famílias —, promovendo ações coordenadas que favoreçam o pertencimento, o sucesso acadêmico e a formação humana integral dos estudantes.

3.2 Diagnóstico da Realidade

O diagnóstico realizado a partir da revisão bibliográfica e das pesquisas analisadas sobre a permanência na EPT indica a presença dos seguintes pontos críticos no cotidiano escolar:

• Elevados índices de evasão em determinados cursos, concentrados principalmente nos períodos iniciais da formação;

• Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enfrentando dificuldades de transporte, alimentação e acesso a materiais didáticos;

• Dificuldades de aprendizagem acumuladas desde a Educação Básica, resultando em retenção e desmotivação acadêmica;

• Problemas de mobilidade e permanência relacionados à conciliação entre trabalho e estudo;

• Fragilidade das ações de acolhimento institucional no ingresso dos estudantes;

• Ausência de acompanhamento sistemático dos estudantes com baixo rendimento escolar ou frequência irregular;

• Participação limitada das famílias e da comunidade no cotidiano escolar;

• Necessidade de maior integração entre os setores pedagógico, administrativo e de assistência estudantil.

Esses fatores demonstram que a permanência estudantil deve ser compreendida como prioridade estratégica da gestão, exigindo intervenções estruturadas que atuem preventivamente nas causas da evasão.

3.3 Objetivo Geral

Fortalecer a inclusão, reduzir os índices de evasão escolar e promover a permanência e o êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica, por meio da implementação de um programa integrado de acolhimento, acompanhamento pedagógico, apoio psicossocial e gestão democrática.

3.4 Objetivos Específicos

• Fortalecer as ações de acolhimento institucional para estudantes ingressantes;
• Ampliar o acompanhamento pedagógico individualizado de estudantes com indicativos de retenção ou evasão;
• Incentivar a participação da família e da comunidade escolar no acompanhamento da trajetória dos estudantes;
• Promover ações de saúde mental e bem-estar emocional no ambiente escolar;
• Fortalecer as políticas de assistência estudantil e a concessão de auxílios de permanência;
• Capacitar continuamente professores e gestores para práticas pedagógicas inclusivas e acolhedoras;
• Monitorar indicadores institucionais de permanência, retenção e evasão de forma sistemática;
• Promover uma cultura institucional baseada na inclusão, no respeito à diversidade e na equidade.

3.5 Público-alvo

O plano destina-se prioritariamente aos estudantes matriculados nos cursos técnicos da instituição, com especial atenção àqueles que apresentam:
• Vulnerabilidade social e econômica;

• Baixa frequência ou risco de abandono escolar;
• Baixo rendimento acadêmico ou histórico de retenção;
• Dificuldades de aprendizagem acumuladas;
• Estudantes trabalhadores que conciliam estudo e jornada laboral;
• Pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas;
• Estudantes beneficiários de políticas afirmativas (pretos, pardos, indígenas, quilombolas e oriundos de escola pública);
• Estudantes em acompanhamento pela Assistência Estudantil e pelos serviços de psicologia/escuta da instituição.

3.6 Ações Propostas

Ação 1 – Programa de Acolhimento Institucional

• Objetivo: Recepcionar os estudantes ingressantes, apresentando os serviços oferecidos e promovendo o sentimento de pertencimento desde o início do curso.
• Atividades: Semana de integração com oficinas, acolhimento pedagógico, apresentação dos setores (Biblioteca, Assistência Estudantil, Coordenação), rodas de conversa com veteranos e atividades culturais.
• Responsáveis: Direção Geral, Coordenação Pedagógica, Assistência Estudantil e Grêmio Estudantil.

Ação 2 – Sistema de Acompanhamento da Permanência

• Objetivo: Identificar precocemente estudantes em risco de evasão e oferecer suporte pedagógico e institucional oportuno.
• Atividades: Monitoramento mensal da frequência e do rendimento escolar, identificação de alertas de evasão, reuniões periódicas do conselho de classe e atendimentos pedagógicos individualizados.
• Ferramentas: Planilhas de acompanhamento, relatórios pedagógicos e reuniões intersetoriais.

Ação 3 – Fortalecimento da Assistência Estudantil

• Objetivo: Ampliar o acesso às políticas de permanência e garantir suporte socioeconômico aos estudantes vulneráveis.

• Atividades: Divulgação dos editais do PNAES, orientação para inscrição, concessão de auxílios (alimentação, transporte, moradia) e acompanhamento psicossocial dos estudantes beneficiados.
• Responsáveis: Assistência Estudantil, Assistentes Sociais e Psicólogos.

Ação 4 – Programa de Monitoria e Tutoria

• Objetivo: Oferecer apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, prevenindo a retenção acadêmica.
• Atividades: Seleção de estudantes monitores, plantões de dúvidas, grupos de estudos e tutoria pedagógica acompanhada por docentes.
• Responsáveis: Docentes e Coordenação de Cursos.

Ação 5 – Formação Continuada dos Servidores

• Objetivo: Capacitar professores, técnicos e gestores para uma atuação inclusiva, acolhedora e pautada na equidade.
• Temas: Educação Inclusiva, diversidade, relações étnico-raciais, acessibilidade, metodologias ativas e mediação de conflitos no ambiente escolar.
• Responsáveis: Gestão Institucional e Coordenação de Gestão de Pessoas.

Ação 6 – Apoio Psicossocial e Saúde Mental

• Objetivo: Promover a saúde emocional e fortalecer os vínculos escolares dos estudantes.
• Atividades: Grupos de apoio, palestras sobre saúde mental, campanhas de prevenção ao sofrimento psíquico e encaminhamento para a rede pública de saúde quando necessário.
• Responsáveis: Equipe Multiprofissional (Psicólogos e Assistentes Sociais).

Ação 7 – Integração Família-Escola

• Objetivo: Fortalecer a parceria entre a instituição, as famílias e a comunidade no acompanhamento dos estudantes.
• Atividades: Reuniões periódicas com responsáveis, encontros temáticos sobre a adolescência e o desenvolvimento escolar, e canais permanentes de comunicação.
• Responsáveis: Direção, Coordenação Pedagógica e Assistência Estudantil.

3.7 Recursos Necessários

• Recursos Humanos: Direção, Coordenação Pedagógica, Docentes, Psicólogo, Assistente Social, Pedagogos e Monitores.
• Recursos Materiais: Salas para atendimento individualizado, computadores, acesso à internet, materiais didáticos e espaço para oficinas.
• Recursos Financeiros: Orçamento institucional descentralizado, verbas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e parcerias com programas de extensão.

3.8 Indicadores de Avaliação

A efetividade do plano de ação será acompanhada semestralmente por meio dos seguintes indicadores institucionais:
• Redução dos índices de evasão escolar nos cursos acompanhados;
• Aumento da taxa de frequência e assiduidade dos estudantes;
• Melhoria do rendimento acadêmico e redução do número de disciplinas retidas;
• Nível de participação nas atividades do Programa de Acolhimento e nas monitorias;
• Número de estudantes atendidos pelas ações de Assistência Estudantil;
• Satisfação dos estudantes e das famílias em relação às ações institucionais;
• Redução dos índices de retenção escolar.

3.9 Resultados Esperados

Com a implementação do Programa “Permanecer para Transformar”, espera-se:
• Reduzir significativamente os índices de evasão e retenção escolar na instituição;
• Fortalecer a cultura institucional de acolhimento, escuta e valorização das relações humanas;
• Ampliar o acesso e a efetividade das políticas de assistência estudantil;
• Melhorar os indicadores de permanência e conclusão com sucesso dos cursos técnicos;
• Fortalecer a gestão democrática e a atuação integrada entre os diferentes setores institucionais;
• Promover maior integração entre professores, estudantes, técnicos e famílias;
• Desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas, flexíveis e diversificadas;

• Ampliar o sentimento de pertencimento e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar;

• Favorecer a formação humana integral e o sucesso acadêmico e profissional dos educandos.

3.10 Considerações Finais do Plano de Ação

A proposta apresentada não pretende oferecer soluções simplistas para o fenômeno complexo da evasão escolar, mas sim construir caminhos consistentes e integrados de intervenção institucional. O programa “Permanecer para Transformar” fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, da equidade e da formação humana integral, reconhecendo que assegurar a permanência e o êxito dos estudantes constitui dever ético, político e pedagógico da escola pública.

Ao integrar acolhimento, assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, apoio psicossocial e participação da comunidade, a instituição fortalece sua função social e reafirma o compromisso de garantir o direito à educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade social para todos os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou compreender que a gestão da Educação Profissional e Tecnológica exerce papel decisivo na promoção da inclusão, da permanência estudantil e da formação humana integral. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que assegurar a matrícula representa apenas o primeiro passo para a efetivação do direito à educação. A permanência com sucesso acadêmico depende da construção de políticas institucionais articuladas, capazes de responder às vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais e pedagógicas que afetam o cotidiano escolar.

A problemática central desta pesquisa buscou responder de que maneira a gestão da EPT pode contribuir para promover a inclusão e assegurar a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. A análise desenvolvida permite afirmar que essa indagação foi satisfatoriamente respondida. A literatura especializada e as pesquisas analisadas comprovam que a gestão educacional, quando orientada pelos princípios da democracia, da equidade e da interdisciplinaridade, possui capacidade de transformar estruturas escolares excludentes e construir mecanismos eficazes de prevenção ao abandono escolar.

Os objetivos específicos traçados para a pesquisa foram integralmente alcançados. Primeiramente, compreendeu-se a multifatorialidade da evasão escolar na EPT, demonstrando que o desligamento dos cursos técnicos raramente decorre de desinteresse individual, resultando da interação complexa entre vulnerabilidade socioeconômica, defasagens de aprendizagem, necessidade de conciliação com o mundo do trabalho, sofrimento psíquico e insuficiência do acompanhamento institucional. Em segundo lugar, identificaram-se estratégias de gestão indispensáveis para favorecer a permanência, com destaque para a gestão democrática participativa, a assistência estudantil universalizada (PNAES), o acompanhamento pedagógico contínuo e as práticas de acolhimento inclusivo.

O referencial teórico adotado permitiu reafirmar a função social da Educação Profissional e Tecnológica para além de uma visão estritamente mercadológica. Os conceitos de formação humana integral, politecnia e trabalho como princípio educativo — fundamentados nas contribuições de Dermeval Saviani, Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos — evidenciaram que a EPT deve promover a autonomia crítica e a cidadania dos educandos. De forma complementar, os referenciais de gestão escolar (Vitor Henrique Paro e José Carlos Libâneo) e de educação inclusiva (Maria Teresa Eglér Mantoan) reforçaram que a administração da escola constitui um ato eminentemente pedagógico, devendo subordinar os meios institucionais ao fim precípuo de garantir o direito de aprender e permanecer.

Como contribuição propositiva da pesquisa, destaca-se a elaboração do Plano de Ação “Permanecer para Transformar”. Estruturado a partir das evidências teóricas e empíricas examinadas, o plano apresenta sete eixos de intervenção viáveis que articulam acolhimento institucional, monitoramento de frequência, fortalecimento da assistência estudantil, suporte ao estudante trabalhador, formação continuada de servidores, atenção psicossocial e integração família-escola. Essa proposta demonstra que enfrentar a evasão exige superar ações isoladas e consolidar uma cultura institucional permanente de acolhimento e equidade.

Além dos achados científicos, o percurso desta investigação representou um importante processo de amadurecimento reflexivo e profissional. A articulação entre a fundamentação teórica e o memorial formativo permitiu ressignificar a própria história

de vida da pesquisadora, marcada pela superação da interrupção dos estudos por falta de suporte socioeconômico, bem como a experiência profissional acumulada no Conselho Tutelar. Ficou demonstrado que a defesa da permanência estudantil não constitui mero indicador de eficiência estatística, mas um imperativo ético, político e humano de garantia dos direitos sociais de crianças, jovens e adultos.

Cabe reconhecer, contudo, as limitações deste estudo. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, pautada na análise da literatura acadêmica e das normativas legais, sem a realização de investigação empírica de campo junto a discentes ou gestores de uma unidade de ensino específica. Essa limitação aponta a relevância de investigações futuras. Recomendam-se novas pesquisas que desenvolvam estudos de caso, grupos focais e acompanhamento de egressos na Rede Federal, avaliando quantitativa e qualitativamente o impacto dos Programas de Permanência e Êxito e das ações do PNAES no desempenho acadêmico dos estudantes.

Conclui-se este trabalho com a convicção de que a Educação Profissional e Tecnológica constitui uma ferramenta indispensável para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da justiça distributiva no Brasil. Contudo, esse potencial emancipador só se concretiza plenamente quando as instituições educacionais assumem, em suas práticas de gestão, o compromisso inegociável de assegurar que cada estudante tenha garantido o direito de ingressar, permanecer, aprender e concluir sua formação com dignidade e cidadania.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **[Constituição (1988)].** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.** 234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.** 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.** 892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2018.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Maria. **A evasão escolar no ensino médio técnico: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 469-489, 2011.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-105.
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração.** São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?.** São Paulo: Summus, 2015.

MEIRA, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante:** um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

PACHECO, Eliezer (Org. **). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília, DF: MEC/SETEC, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** Texto apresentado no seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. Belém, maio 2008. Disponível em: https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2026.
RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SOUZA, Heloisia Carneiro de; CARDOSO, Flávio Manoel Coelho Borges; SOUSA, Marcos de Moraes. **Permanência e Êxito na Educação Profissional: revisão sistemática.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 50, e134672, 2025.

ARÊAS, Heise Cristine Aires. **Capítulo 4: Pela permanência do estudante: uma outra abordagem possível na elaboração de políticas públicas.** In: BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Gestão para a Permanência e o Êxito. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://sgmdnute.sites.ufsc.br/setec-materiais/gestao-permanencia-exito/paginax1.html?summary=open. Acesso em: 22 set. 2026.

ZANIN, Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Abandono e Permanência Escolar: analisando olhares de trabalhadores da educação do IFSC. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, e124441, 2023.